

BOLETIM DE TRABALHOS HISTÓRICOS

Director : MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

PUBLICAÇÃO DO
ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA

VOL. XXXVIII

1987

O Centenário de uma Estátua e a sua História

Nasceu D. Afonso Henriques em Guimarães, como foi confirmado por Duarte Galvão no alvorecer do século XVI. Não se sabe o ano certo, mas tudo leva a crer que talvez no de 1106, uma vez que a data do falecimento ocorreu em 1185, quando tinha 79 anos de idade, no dizer de tantos que se têm debruçado sobre a história e a vida do nosso primeiro Rei e verdadeiro fundador do Estado Português após a vitória na Batalha de S. Mamede, que se deu no dia de S. João Baptista de 1128, «*quod est prope castellum de Vimarani*», como refere o *Portugaliae Monumenta Historica* (Scriptores, I, p. 12).

Mas só séculos passados, isto é em 1882, se pensou em erguer em Guimarães um monumento a D. Afonso Henriques. E é curioso que a sugestão patriótica veio do Rio de Janeiro, dirigida à Câmara Municipal, ao tempo presidida pelo Dr. António Coelho da Mota Prego, tendo como vereadores José de Castro Sampaio, José Ferreira de Abreu, José do Amaral Ferreira, António Joaquim de Melo e Francisco Martins Fernandes.

Essa sugestão era subscrita pelo vimaranense João Alves Pereira Guimarães, a residir no Rio de Janeiro, e assim concebida ¹:

«Ex.^{mo} Snr. Presidente e mais membros da Il.^{ma} Câmara Municipal da Cidade de Guimarães, Reino de Portugal.

Rio de Janeiro 17 de Julho de 1882 (Brasil).

Guimarães, o berço da Monarquia Portuguesa, deve dívida sagrada de gratidão, de reconhecimento e patriotismo, ao primeiro Rei e fundador da Monarquia Lusitana D. Afonso Henriques.

As nações cultas da Europa, tem pago as dívidas de honra aos seus excelsos Monarcas e grandes cidadãos, e os portugueses, especialmente os filhos da histórica cidade de Guimarães, ainda não projectaram ao menos, o mais evidente e mais santo e sagrado penhor de patriotismo português, dando impulso e realce aos projectos de grandioso monumento do glorioso guerreiro, que é a mais brilhante página da nossa história pátria e do cristianismo, como guerreiro Cristão. Sendo a Câmara Municipal o governo do Concelho, dirijo-me a V. Ex.^a e seus ilustres colegas da vereação a fim de tomarem a iniciativa para darem princípio aos trabalhos da grande subscrição, para ser levado a efeito o monumento — que deve ser inaugurado na praça do Toural² ou em qualquer outra própria, para o mesmo fim. Se a estrada de ferro, vai dar importância à cidade de Guim.^{es}, minha terra natal, a estátua de seu dilecto D. Afonso Henriques, moralmente vai dar-lhe honrarias e progresso civilizador. Avante! pois, dai mais uma prova de patriotismo pela pátria e por suas gloriosas tradições históricas.

Tome V. Ex.^a e seus ilustres colegas, a iniciativa de tão honroso cometimento, tenho fé que o levarão avante. Seja a Câmara Municipal de Guimarães, a comissão central em Portugal, e nomeie comissões parciais — no Reino — África

¹ Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (A.M.A.P.), «Papéis relativos ao Monumento a D. Afonso Henriques». 8-1-64. A ortografia desta carta, como a das restantes transcritas, foi actualizada.

² Em 6/7/1911 a estátua foi apeeda do Largo de S. Francisco, já então denominado Praça de D. Afonso Henriques por deliberação da Câmara de 19/10/1887, e colocada no Toural, de onde foi retirada em 1940 e levada para as proximidades do Paço dos Duques de Bragança. Nessa altura foi feita uma réplica da estátua, que se encontra no Castelo de S. Jorge, em Lisboa, tendo sido aproveitado o gesso existente no Museu Soares dos Reis, no Porto.

e Brasil —. Só do Brasil pode obter-se a importância em donativos para a compra do Monumento em bronze fundido. Tomando V. Ex.^a e seus ilustres companheiros da Câmara Municipal em consideração esta patriótica ideia, o abaixo assinado filho da cidade de Guimarães, promete levantar por meio da imprensa desta Capital do Império do Brasil, o espírito patriótico dos portugueses, com artigos publicados nos jornais da capital e províncias. Forneço a V. Ex.^a todos os dados, assim como, os nomes dos Portugueses e Brasileiros distintos — creio, aceitarão de bom grado as comissões, para agenciar donativos na Corte do Rio de Janeiro, e províncias do Império Brasileiro.

Formada a Comissão geral em Guimarães, mandam V. Ex.^{as} imprimir circulares, que exponham as sublimes ideias patrióticas e pedindo o auxílio de todos para tão notável e patriótico fim.

Comissão geral no Rio de Janeiro. Conde de S. Salvador de Matosinhos, Português, Barão de Wildich, Consul Geral de Portugal no Rio de Janeiro, Conde de Cedofeita, português, Barão de S. Francisco Filho, Brasileiro amigo dos portugueses, Barão do Rio Bonito, idem, Visconde de Sistelo — Português, Barão de Misquita, idem, Visconde de St.^a Cruz, Brasileiro idem, Visconde de Silva, idem, Visconde de S. Tiago de Riba d'Ul, Português, Conselheiro Leonardo Caetano de Araújo, Português, Visconde de Arcoselo, Português, Barão de Faria, Português, Visconde de S. Cristóvão, Português, Visconde de S. Bernardo, Português, (morador em Peirópolis, Rio de Janeiro), Barão de Ribeiro de Sá, Português, Paraiba do Sul, Rio de Janeiro, Conselheiro Senador do Império e amigo dos Portugueses, Conselheiro Jerónimo José Teixeira Junior, Senador Conselheiro Manoel Francisco Corrêa, senador do Império, Deputados dr. Duque Estrada Teixeira, dr. Fernandes d'Oliveira, Deputados Gerais. São todos amigos dos portugueses: seguem-se Comendador João Tomé da Silva, Comendador Joaquim Bernardino Pinto Machado, Comendador Joaquim José Rodrigues Guimarães, Comendador Manoel Salgado Zenha, Ernesto Cibrão, Elísio Mendes, redactor da «Gazeta de Notícias», Dr. Castro, redactor do «Jornal do Comércio», Comendador Gomes Brandão, redactor do «Cruseiro», João Alves Pereira Guimarães, redactor da «A Nação Portuguesa», Comendador Agostinho Maria Corrêa de Sá, Comendador António Tomaz Pereira Junior, Comendador António José Ricós, Jezué Senador Corrêa de Melo, Brasileiro, Barão de Guararema, idem, Comendador António Tomaz Quartins, Comendador Simão de S. Paio Leite, José Leite de Figueiredo, Comendador João José Martins de Pinho, Comen-

dador Dr. João Baptista dos Santos (B), Comendador Heleodoro Avilino de Sousa Monteiro, Comendador António Maria de Paula Ramos, Comendador José Marcelino de Sá, Comendador Domingos Moutinho, Luís de Resende, Vítor Ressi, Henrique Ressi, Comendador Dr. António Alves Ferreira, Joaquim José Rodrigues Machado, Comendador António Alves Pereira Curuja Júnior (B), Dr. João António de Oliveira Magioli (B), Augusto Ferreira de Sousa, João Alves da Silva, Dr. Custódio Américo dos Santos, etc.»

Nesta carta eram referidas outras individualidades de diversas localidades brasileiras (que omitimos para não tornar mais extensa esta relação), e a quem deviam ser enviadas circulares para obtenção de donativos.

Vivia-se então em Guimarães sob a euforia da criação da Sociedade Martins Sarmento, da inauguração do caminho de ferro e da memorável Exposição Industrial e Agrícola.

Deste modo a carta do vimaranense João Alves Pereira Guimarães soou como um clarim a despertar para novas realizações (como era a de se erigir um monumento a D. Afonso Henriques), o entusiasmo e a dedicação dos vimaranenses. E, assim, logo após a leitura da carta em sessão da Câmara, sendo tomado em consideração o que nela lhe era sugerido, resolveu-se nomear «uma comissão verdadeiramente inspirada de patriotismo para, sob a influência e direcção da mesma Câmara, se aplicar activa e zelosamente a realizar os meios e preparar os trabalhos para execução do dito monumento»³.

E dando cumprimento a esta deliberação, na sessão de 27 de Setembro de 1882, «estando presentes os srs. Manuel Ribeiro de Faria, João Dias de Castro e João Pereira Guimarães que tinham sido convidados a comparecerem, no dia de hoje, nos Paços do concelho, para se conferenciar sobre os preliminares para se levar a efeito o levantamento de um monumento a D. Afonso Henriques, resolveu-se que para tal fim, no dia 31 do mês de Outubro haja uma reunião convidando-se para ela várias pessoas cujos nomes oportunamente serão indicados»⁴.

³ A. M. A. P., «Actas da Câmara». 6-2-52.

⁴ *Ibidem*.

Na reunião efectuada em 22 de Novembro resolveu-se realizar no dia seguinte, pelas 3 horas da tarde, «uma sessão extraordinária para se tratar da nomeação para os trabalhos ao monumento que nesta cidade se projecta levantar a D. Afonso Henriques»⁵.

E de facto no dia seguinte, como fora aprazado, realizou-se essa sessão extraordinária que teve por fim a nomeação da comissão, «que de harmonia com a do Rio de Janeiro haja de cooperar e activar os trabalhos».

Com o mesmo fim também em 29 de Outubro se havia reunido, ao meio dia, no salão da Real Sociedade Club Ginástico Português, do Rio de Janeiro, na Rua do Hospício n.º 233, um grande número de cidadãos portugueses e brasileiros para tratarem dos meios de auxiliar a concretização da erecção da estátua.

A comissão de Guimarães ficou constituída pelo Presidente da Câmara, dr. António Coelho da Mota Prego, como presidente; vice-presidentes, o Conde de Margaride e o Barão de Pombeiro; secretários o dr. Francisco Martins Sarmiento e Francisco Ribeiro Martins da Costa; tesoureiro Manuel Ribeiro de Faria e vogais, Manuel de Castro Sampaio, administrador do concelho, Visconde de Lindoso, dr. José da Cunha Sampaio, Padre Francisco Xavier de Sousa Carneiro, Comendador Francisco José da Costa Guimarães, Domingos Leite de Castro, João Pereira da Silva Guimarães e João Pinto de Queirós, a que ficaram agregados os cidadãos que haviam regressado do Brasil, António Ribeiro Salgado, Serafim Antunes Guimarães e João Dias de Castro, comissão esta que foi instalada em 25 desse mês de Novembro.

A reunião do dia 23 terminara com entusiásticos vivas, especialmente a João Dias de Castro⁶, tendo sido então tocados os hinos português e brasileiro por uma banda de música,

⁵ *Ibidem*.

⁶ Por Diploma dado no Paço da Ajuda em 15/12/1887, foi por D. Luís, «atendendo aos merecimentos e qualidades que concorrem na pessoa de João Dias de Castro, proprietário em Guimarães, Que-rendo Dar-lhe um público testemunho da Minha Consideração, Hei por bem Fazer-lhe Mercê de o Nomear Comendador da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo». (Arquivo Particular).

em frente do edifício da Câmara, que à noite se encontrava iluminado, subindo ao ar grande número de foguetes.

Na reunião de 29 de Outubro efectuada no salão da Real Sociedade Club Ginástico Português, com a assistência do Barão de Wildick, Cônsul Geral de Portugal, foi constituída a comissão do Rio de Janeiro, tendo como presidente o Conde de S. Salvador de Matosinhos, «capitalista e o português de mais influência no Rio de Janeiro», como informava João Alves Pereira Guimarães em carta de 11 de Novembro, ficando como 1.º secretário o dr. João António de Oliveira Magioli, «médico e brasileiro de nascimento que presta os seus serviços grátis, a todos os portugueses pertencentes às sociedades também portuguesas fundadas nesta Corte», e como 2.º secretário Francisco Augusto Ferreira de Melo, «negociante muito importante» («já cavaleiro da Ordem de Cristo de Portugal por serviços prestados a Portugal»), também nos dizeres do mesmo João Alves Pereira Guimarães. A essa comissão foram agregados, conforme comunicação de 10 de Dezembro, o Visconde de Sistelo, como vice-presidente, e Domingos José Pereira Ferreira Guimarães como tesoureiro.

Dando começo à subscrição para o monumento, a comissão de Guimarães fez distribuir o seguinte apelo:

«Há alguns anos que no município de Guimarães se alimentava a ideia de erguer uma memória ao fundador da monarquia portuguesa, nascido dentro dos muros desta cidade.

O monumento seria necessariamente modesto, como não podia deixar de ser uma obra, executada com os recursos duma municipalidade só.

Mas eis que alguns patriotas, residentes no império do Brasil, namorando-se daquela ideia, a avultaram a ponto de chamar-lhe «uma dívida nacional», abrindo ao mesmo tempo uma subscrição para um monumento, que a pagasse condignamente, e indicando para sede do monumento a terra, que foi berço do herói, a quem era consagrado.

Desde esse momento a ideia primitiva perdeu o seu carácter particular, e a Câmara Municipal de Guimarães ficou como que obrigada a tomar sobre si a estranha missão de iniciar os trabalhos para a realização dum pensamento, que não sabe ainda ao certo se tem o cunho nacional, se simplesmente de municipal.

Nomeada uma comissão auxiliar da Câmara, que começou a funcionar no dia 25 do corrente, deliberou ela que um dos seus primeiros actos fosse dirigir-se ao presidente de cada municipalidade do Reino e possessões portuguesas, como representantes dos seus administradores e mais no caso de conhecerem as suas disposições, consultando-os sobre se sim, ou não, podia contar com a adesão dos municípios respectivos, habilitando-se deste modo a alargar, ou restringir a área dos seus trabalhos.

Em caso de anuência, a comissão vimaranense espera todo o auxílio dos presidentes das vereações, aos quais tem a honra de dirigir-se, e não pode deixar de rogar-lhes o inapreciável obséquio de constituírem comissões, que, como a de Guimarães, promovam no seu concelho subscrições parciais, sendo necessário, como facilmente se vê, conhecer o resultado total de todas elas, para resolver sobre a natureza e proporções do monumento — assunto extremamente melindroso, e em cuja discussão todos os municípios terão voto, como é de justiça»⁷.

Iniciava-se a subscrição pública para o monumento. Como exemplo, a Câmara, já em sessão de 13 de Dezembro, resolveu subscrever com a quantia de quatro contos e cinquenta mil réis, que devia ser incluída em orçamento suplementar.

Em 4 de Janeiro de 1883 foi agregado à comissão de Guimarães o dr. Wenscelau de Sousa Pereira de Lima, que tinha sido eleito deputado por este círculo.

A este apelo poucas câmaras responderam afirmativamente. A maior parte, alegando poucos recursos financeiros e necessidades locais, não subscreveu. A subscrição do Brasil, apesar de todas as esperanças nela depositadas, rendeu líquido 3.779\$515 réis, correspondendo a 9.184\$230 em dinheiro brasileiro. O total da subscrição fora de 11.924\$930.

Em Maio de 1894 a comissão só dispunha de 6.000\$000 réis pelo que foi resolvido solicitar do mais célebre escultor do país, António Soares dos Reis, esclarecimentos se com tal importância e o bronze oferecido pelo Governo, ou com esse dinheiro e adoptando-se o mármore que se teria de adquirir, se poderia fazer um monumento digno.

⁷ A. M. A. P., «Papéis relativos ao Monumentos a D. Afonso Henriques», 8-1-64.

Como resposta, Soares dos Reis informava, em 16 de Agosto, que encarregara o arquitecto lisbonense e professor da Academia de Belas Artes da capital, José António Gaspar, «*de elaborar alguns esbocetos do monumento*» para, à face deles, «*a comissão escolher aquele que deve ser adoptado*». Acrescentando: «*À parte os estudos a que é necessário proceder para dar ao monumento a justa caracterização da época em que viveu o herói que se vai glorificar, a elaboração dos referidos esbocetos mais se dificulta pela exiguidade da quantia que se destina ao monumento ...*». E continuava: «*Com tão limitada soma não pode artista algum traçar afoitamente um projecto que não só faça honra à cidade em que o monumento vai erguer-se, como não desilustre os nomes dos artistas que o executarem*».

Pensava-se, então, fazer a estátua em mármore, por ser o que se ajustava mais à verba disponível. Mas num jornal local escreveu-se que a estátua deveria ser equestre e de bronze, o que mereceu este comentário a Soares dos Reis: «*Certamente que o monumento ficaria desse modo mais grandioso, mas pergunto: é com 6.000\$000 rs. ou até com o triplo que se poderá construir um monumento em tais condições, dado mesmo o caso que a comissão conseguisse obter do governo o bronze necessário?*

Uma estátua equestre em bronze demandaria um pedestal correspondente, e só esse e o modelo da estátua, absorveriam uma quantia elevada.

A soma de que a comissão dispõe já é tão limitada, que eu e o meu colega António Gaspar nos vemos embaraçados em delinear um monumento em que haja apenas uma estátua de mármore de Carrara sobre um pedestal de lioz»⁸.

Em 1 de Outubro informava não lhe ter sido possível sair do Porto durante o mês de Setembro, razão porque não apresentou os esbocetos do monumento, o que esperava fazer no fim desse mês. Mas em 17 já participava: «*Tenho em meu poder o projecto do monumento a D. Afonso Henriques, mas só amanhã ou depois é que poderei enviá-lo a V. Ex.^a.*

⁸ *Ibidem.*

No entretanto desde já posso participar a V. Ex.^a que não nos foi possível fazer mais do que um desenho e esse definitivo variando somente o emprego de materiais e os preços.

Dou estas explicações para que V. Ex.^a não estranhe o eu falar só num projecto em vez de três que tinha prometido»⁹.

Esse projecto foi recebido acompanhado destes esclarecimentos deveras curiosos:

«Como V. Ex.^a terá ocasião de observar, a altura total do monumento é de 6 metros, tendo a estátua 2,70 metros. O estilo que predomina em todo o projecto é o *românico* que foi o mais usado nas construções civis e religiosas do princípio da monarquia, e empregamo-lo de preferência por ser também o que melhor pode caracterizar a época em que o herói viveu. Assim nos detalhes do monumento terá de dar-se algumas modificações apenas nas folhas dos capitéis, no escudo, que procuramos indagar qual foi o verdadeiro usado pelo fundador da monarquia, e nos caracteres das inscrições que terão de inscrever-se no pedestal e que serão os da época.

Dados estes esclarecimentos, passarei a minudenciar os três orçamentos de toda a obra.

Pedestal de lioz ou vidro, com estátua de bronze, 7.200\$000 rs., isto é mais 1.200\$000 rs. do que a verba que a comissão destina por agora.

Referirei que a estátua em bronze será mais preferível, por todas as circunstâncias, e que a comissão poderia talvez obter com facilidade a quantia restante. No preço indicado compreende-se o bronze e a este respeito observarei que seria insignificante a economia que resultaria da obtenção, da parte do governo, do cobre necessário. Em todo o caso nós o que nos reservamos é o direito de mandar fundir a estátua onde julgarmos mais conveniente.

Pedestal de lioz ou vidro com estátua de mármore de Itália (Carrara) e de 2.^a qualidade, por ser a mais resistente, 5.700\$000.

Pedestal de lioz ou vidro, e estátua também de lioz, 5.500\$000.

A executar-se a estátua em mármore, optariamos pelo lioz, não só pelo melhor efeito que produz em escultura monumental, como também por ser de duração incalculável, visto não se esboroar com o tempo, o que não sucede com o de Itália, se bem que aquele seja mais difícil de trabalhar.

⁹ *Ibidem.*

Estes preços, repetirei mais uma vez, para perfeito conhecimento da comissão, são livres de qualquer despesa de conduções, e assentamento, etc., que ficarão a nosso cargo.

Em nenhum destes orçamentos está compreendido o custo da grade, porque segundo o projecto, não a deve ter o monumento.

Deverá ficar assente sobre uma pequena elevação do terreno arrelvado, e preservado apenas pelos pequenos arcos de ferro empregados nos jardins. Assim o monumento ficará mais desassombrado e livre de um gradeamento que pode prejudicar um tanto o seu aspecto geral. No entretanto se a comissão entender que deve haver grade, a despesa dela ficará a cargo da referida comissão¹⁰.

Eis os esclarecimentos que nos cumpre dar, e se acaso a comissão aprovar o projecto, restará apenas declarar a preferência que dá a qualquer dos três orçamentos, a fim de se formular e assinar o contrato, para o que irei a essa cidade».

De posse destes elementos, o Presidente da Comissão, dr. António Coelho da Mota Prego, solicitou, por escrito, o parecer dos restantes membros: Francisco Martins da Costa, Manuel de Castro Sampaio que era o Administrador do Concelho, António Ribeiro da Costa Salgado, Barão de Pombeiro, Conde de Margaride, Domingos Leite de Castro, Francisco Martins Sarmento, João Dias de Castro, João Pereira Guimarães, Manuel Ribeiro de Faria, Serafim Antunes Guimarães, Visconde de Lindoso e António José da Silva, bem como dos presidentes das seguintes colectividades: Sociedade Martins Sarmento, Associação Comercial, Associação Artística, Associação Clerical e Associação de Socorros Mútuos, aos quais se dirigiu também por escrito.

Ponderando, devidamente, a exposição de Soares dos Reis, foram todos de parecer: «ser preferível a estátua de bronze». Registemos, por exemplo, a opinião de Martins Sarmento assim expressa, com data de 3 de Dezembro:

«A pergunta que V. Ex.^a se digna fazer-me no officio de 27 do passado — ‘qual dos três orçamentos da estátua de

¹⁰ Apesar desta opinião, em sessão da Câmara, de 28/3/1888 foi aprovado um projecto de construção de uma base de cantaria para receber grade de ferro à volta da estátua. A. M. A. P., 6-2-1.

D. Afonso Henriques acho preferível — se o de 7.200\$000, estátua de bronze com pedestal de lioz, se o de 5.700\$000, ou 5.500\$000, estátua e pedestal tudo de mármore de Itália, ou tudo de lioz' — cumpre-me dizer a V. Ex.^a que prefiro o primeiro orçamento de 7.200\$000»¹¹.

Verificada a unanimidade de pareceres foi, em 10 desse mês, solicitado a Soares dos Reis para formular e remeter as bases do contrato que teria de ser feito, tomando em consideração que a estátua seria de bronze. Mas só em Março de 1885, alegando o motivo de uma doença grave que lhe não permitira dar mais pronta resposta, Soares dos Reis esclarecia:

«Se bem que bastante melhorado, receio ainda que as forças me abandonem ao encetar o trabalho da construção do monumento a D. Afonso Henriques, e como é melindrossíssima a responsabilidade que assumo ao tomar conta dessa obra importante, preciso certificar-me de que o meu vigor físico não declinará depois de a começar», pedindo, por isso «espera de mais algum tempo para elaborar o contrato definitivo».

Dois meses depois, isto é, a 12 de Maio, considerando-se já restabelecido, informou poder dar começo aos trabalhos, que se comprometia concluir no prazo de 2 anos e nas seguintes condições:

- «1.º O pedestal de 3,30 de alto será feito de lioz ou vidroço brunido de Pero Pinheiro e a estátua de 2,70 será de bronze;
- 2.º Receberão a primeira prestação de um conto de réis na ocasião de assinar o contrato;
- 3.º Receberão a segunda prestação de um conto de réis seis meses depois de assinado o contrato e estando a estátua esboçada e o pedestal adiantado;
- 4.º Receberão a terceira prestação de dois contos de réis quando toda a cantaria do pedestal se achar em Guimarães pronta a assentar, e o modelo da estátua

¹¹ A. M. A. P., «Papéis ...». 8-1-64.

concluído em barro, um ano depois de assinado o contrato.

- 5.º Receberão a quarta prestação de dois contos de réis quando o modelo em gesso da estátua se achar pronto e a fundição justa, e o pedestal assente dezoito meses depois de assinado o contrato;
- 6.º Concluído todo o trabalho receberão a quinta e última prestação de um conto de réis»¹².

Enquanto as bases do contrato se achavam em estudo, o presidente da comissão enviava ao escultor o desenho do monumento que fora aprovado a fim de serem feitas duas cópias que teriam de ser rubricadas no acto de se lavrar a escritura de que lhe enviava um rascunho sobre o qual lhe pedia parecer, isto em 27 de Junho. A resposta veio a 28 de Julho contendo umas modificações às condições estabelecidas no contrato de que lhe fora enviado rascunho. Em 8 de Agosto foi-lhe participado que tinham sido aceites as modificações apresentadas, pelo que se lhe pedia para vir assinar a respectiva escritura e informar se o architecto António Gaspar vinha ou mandava procuração para esse fim. Em 11 o escultor informava que *«estando o meu colega ocupado em exames até ao fim do mês e desejando vir assinar a escritura, não lhes era possível vir a Guimarães senão no dia 2 de Setembro para esse fim e para deixar logo justo o desaterro para o cabouco»*.

Cumprindo o que haviam prometido, aqui vieram no aprezado dia 2, sendo então lavrada a escritura do contrato, do teor seguinte:

«Saibam quantos esta escritura de contracto de empreitada virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e oitenta e cinco, aos dous dias do mez de Setembro, nesta Cidade de Guimarães, na rua Nova de Santo António, e meu escriptorio, appareceram presentes d'uma parte, como primeiros Outorgantes, os Excelentissimos Doutor Antonio Coelho da Motta Prego, do Campo da Misericordia, e Manoel Ribeiro de Faria, da

¹² A. M. A. P., Comissão do Monumento, «Livro de Actas», 8-1-62 e «Copiador», 8-1-63.

rua de Gil Vicene, ambos cazados e proprietarios, d'esta Cidade, figurando em nome e como procuradores da Comissão do Monumento a Dom Affonos Henriques, instalada n'esta Cidade, por virtude da procuração que apresentaram, e que fica archivada no meu Cartorio, para ser copiada em todos os traslados, d'esta mesma escriptura, como fazendo, parte integrante d'ella; e da outra, como segundos Outorgantes os Excelentissimos Antonio Soares dos Reis, cazado, professor de escultura da Eschola das Bellas Artes do Porto, da rua do Augueiro de Villa Nova de Gaia, e Jose Antonio Gaspar, solteiro e maior, architecto e professor da Eschola de Bellas Artes de Lisboa, da Travessa de Estevão Pinto em Campolide da Cidade de Lisboa: reconhecidos pelos próprios, os segundos Outorgantes das testemunhas ao diante nomeadas e assignadas, e estas por mim tabellião do que dou fé. E na minha prezença e na das referidas testemunhas, digo e assignadas, e estas e os primeiros Outorgantes de mim tabellião do que dou fé (*sic*). E na minha prezença, e na das referidas testemunhas, disseram todos os Outorgantes juntos e insolidum: Que reduzem à presente escriptura o contracto que ajustaram, e consta dos artigos seguintes: Primeiro: Os segundos Outorgantes Excelentissimos Antonio Soares dos Reis e Jose Antonio Gaspar, obrigam-se a fazer um Monumento a Dom Affonso Henriques, assente no Campo de Sam Francisco, d'esta Cidade de Guimarães, e segundo o projecto approved pela Commissão, que n'este acto foi rubricado por todos os Outorgantes, e fica archivado no meu Cartorio para os devidos effeitos, obrigando-se outro sim a subministrar todos os materiaes necessarios sem excepção alguma. Segundo: O pedestal de trez metros e trinta centimetros de alto, será feito de lioz ou vidroço brunido de Pero Pinheiro, e a estatua de dous metros e setenta centimetros, será de bronze. Terceiro: O monumento ficará concluido e assente no prazo de dous annos, a contar de hoje, e será construido conforme o dito projecto, segundo as regras da arte, e com materiaes da melhor qualidade, mas no dia seis de Dezembro, d'este corrente anno, deverá estar prompta a parte indispensavel do mesmo monumento, afim de nesse dia se fazer a sua inauguração, e se assentar a primeira pedra. Quarto: O preço d'esta obra é, a quantia de sete contos de reis metal, que os primeiros Outorgantes, como procuradores da Commissão, se obrigam a pagar aos segundos Outorgantes, n'esta Cidade nas seguintes prestações; a primeira d'um conto de reis, no dia de hoje; a segunda d'um conto de reis quando a estatua estiver esboçada e o pedestal adiantado; a terceira de dous contos

de reis quando toda a cantaria do pedestal se achar nesta Cidade, prompta a assentar e o modello da estatua concluido em barro, um anno depois de assignado o contracto; a quarta de dous contos de reis, quando o modello em geço da estatua se achar prompto, e a fundição justa, e o pedestal assente, dezoito mezes depois de assignado o contracto; e a quinta d'um conto de reis depois de concluido o trabalho. Quinto: No cazo de irregularidades nos pagamentos, ou no cazo de força maior legalmente comprovada pelos segundos Outorgantes, ficarão estes com o direito de exigir prolongamento dos prazos. Para a fiel reprodução do projecto approvado, a perfeita execução artistica, e o emprego de bons materiaes, terão os empreiteiros que se sujeitar à fiscalização do Presidente da Comissão. Setimo: No cazo de se suscitarem duvidas com referencia ao cumprimento das condições antecedentes, será nomeada uma Commissão composta de dous peritos por parte da Commissão, dous da parte dos segundos Outorgantes, e um desempate nomiado pelo estabelecimento ou repartição official em que se accordarem, obrigando-se todos a cumprir as deliberações tomadas, e das quaes não poderão recorrer. Assim o disseram, outorgaram e aceitaram, do que dou fé, e n'esta nota requereram a presente escriptura de que concederam os traslados necessarios, e eu tabellião a estipulei e acceitei em nome de quem sua acceitação mais tocar possa não presente; e me apresentaram estampilhas do imposto do sello, relativo a esta escriptura, que no fim d'ella vão ser por mim tabellião colladas e inutilizadas na forma da Lei: Assignaram todos os Outorgantes com as testemunhas presentes, cidadãos portuguezes e idonios, Jeronimo Jose Leite Mendes, cazado, proprietario, da rua da Rainha, d'esta cidade, e Manoel Maria Rodrigues, cazado, proprietario, da rua do Mouzinho da Silveira, da cidade do Porto, ao depois de lida esta escriptura perante todos por mim Jose da Silva Basto Guimarães tabellião publico de notas n'esta Cidade e Comarca de Guimarães que a subscrevi e assigno em público e razo».

Nesta ocasião o presidente da comissão, aproveitando a presença de Soares dos Reis e do architecto José António Gaspar informou-os que a Câmara pensava demolir a igreja de S. Sebastião de maneira a tornar a praça mais extensa,

¹³ A. M. A. P., Secção Notarial, Nota n.º 12 do tabelião José da Silva Basto Guimarães. 9-1-35. Manteve-se a ortografia original.

o que por eles não foi julgado conveniente, entendendo mais preferível a colocação da estátua no Largo de S. Francisco que tinha uma forma mais regular e que perderia um pouco essa condição com a demolição da igreja.

Em face desta opinião a Câmara, na sessão de 21 de Outubro, resolveu encarregar o engenheiro municipal de levantar as plantas do Campo de S. Francisco e do Largo de S. Sebastião, que seriam enviadas ao architecto José António Gaspar a fim de ele poder dar parecer sobre o mais recomendável para a colocação da estátua.

Depois de as receber, escrevia o architecto:

«Vejo que a Ex.^{ma} Câmara e a Comissão vacilam sobre a escolha do local para o monumento.

É certo que estudando o projecto com o meu colega Soares dos Reis, tivemos que considerar as dimensões da praça actual, dimensões em que convém insistir para justificar a grandeza do monumento, mas creia V. Ex.^a que tanto o Snr. Soares dos Reis como eu nos prontificamos a diligenciar o acerto deste embaraço, fortalecendo-nos mesmo, se tanto for necessário, com a opinião de pessoas julgadas por nós como autoridades no assunto.

Falaram-nos aí no projecto duma rua que começando na Estação dos Caminhos de Ferro deveria sair pouco mais ou menos no local da igreja a demolir. Se de facto está feito o respectivo projecto, ou qualquer outro com referência ao local em questão, eu peço a V. Ex.^a a fineza de mandar-me uma cópia a fim de poder estudar o assunto e determinar a minha opinião»¹⁴.

Satisfeito este desejo, o architecto José António escrevia em 5 de Novembro:

«Em harmonia com as cartas que V. Ex.^a se dignou dirigir-me e convindo tomar uma resolução definitiva relativamente à escolha do local para a próxima inauguração do monumento, vou hoje levar ao conhecimento de V. Ex.^a qual é a minha opinião, robustecida pelos pareceres de alguns colegas, cuja competência respeito e de quem sigo a opinião.

¹⁴ A. M. A P., «Papéis ...». 8-1-64.

Das soluções apresentadas, opino por aquela que tende a colocar o monumento ao centro do actual Campo de S. Francisco, pelas considerações seguintes:

1.^a — As dimensões do monumento a executar não são apropriadas a local de maiores proporções;

2.^a — A nova praça, feita a demolição do templo, ficará suficientemente irregular pela desigualdade das construções que a circundam;

3.^a — A desobstrução resultante da demolição da igreja será um facto de utilidade pública (com a praça completamente desafogada) facultando assim o natural movimento que ressalta das ruas que ali confinam.

Caso as Ex.^{mas} Câmara Municipal e Comissão do Monumento se conformem com a opinião indicada, rogo a V. Ex.^a a fineza de prevenir o Snr. Manuel Fontão para dar começo ao cavouco»¹⁵.

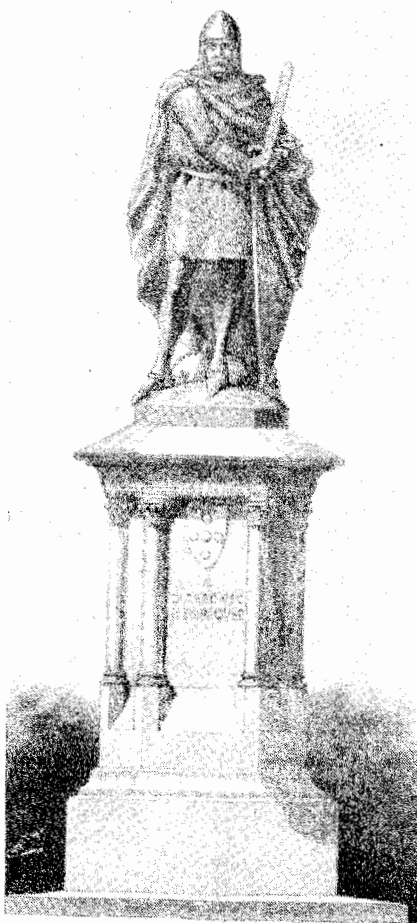
Em sessão da Câmara, realizada no dia 18, foi ponderada a necessidade de se resolver acerca do que fora exposto pelo architecto na transcrita carta de 5, sendo resolvido que se lhe officiasse informando-o que a Câmara concordava com o seu parecer quanto ao local que teve por mais conveniente para a colocação do monumento, em face do que se procedeu à abertura dos caboucos no dia 17.

Defendia-se então a ideia de que o lançamento da primeira pedra fosse feito com solenidade no dia 6 de Dezembro como comemoração do septecentenário da morte de D. Afonso Henriques, ao que a Câmara expressou o seu sentimento por não poder abraçá-la, pois exigindo o acto solene «festejos brilhantes que causariam avultadas despesas», a Câmara «não tinha no seu orçamento verba para ocorrer a elas», não podendo «na presente ocasião votá-las em orçamento suplementar por não ter receitas para lhe fazer face», pelo que entendia «mais conveniente fazer-se a inauguração solene do monumento na época em que ele estiver concluído»¹⁶.

Na previsão do acto solene, a Sociedade de Geografia de Lisboa, querendo associar-se, havia delegado a sua representação no dr. Martins Sarmiento, o qual o comunicou à Câmara que do facto tomou conhecimento na sessão de 16

¹⁵ *Ibidem.*

¹⁶ *Ibidem.*



O 1.º esboceto



A estátua inaugurada

e resolveu, de acordo com a proposta de Sarmento, agradecer à Sociedade de Geografia esta deferência, e que se lhe comunicasse «que a Câmara não fez no dia 6 do corrente a inauguração solene do mesmo monumento pois que tinha resolvido fazê-la somente quando ele estivesse concluído, em cuja ocasião não deixaria de, com a maior satisfação, cumprir o dever de convidar a sobredita Sociedade para se fazer representar no respectivo acto»¹⁷.

Tendo o dr. António Mota Prego deixado a presidência da Câmara, pelo que, nessa qualidade, era também o presidente da Comissão do Monumento, comunicou, em 19 de Novembro, que não podendo, por esse motivo, continuar a fazer parte da comissão o participava à Câmara para esta resolver o que melhor lhe parecesse.

No dia 28 a população de Guimarães encontrava-se em grande alvoroço e indignação pelo apedrejamento, em Braga, dos três procuradores à Junta Geral do Distrito: Conde de Margaride, dr. Joaquim José de Meira e José Minotes, em resultado do qual se criou o movimento de «União ao Porto». Esta manifestação de repulsa pelo sucedido em Braga trouxe a Guimarães, pela primeira vez, o deputado por este círculo eleitoral, João Franco Castelo Branco, que se inteirou dos acontecimentos tomando, em face deles, uma atitude de dignidade exemplar que inteiramente o ligou a Guimarães, que lhe correspondeu com manifesta gratidão¹⁸.

No entanto, e no meio de toda esta indignação, foi comemorado no dia 6 de Dezembro o sétimo centenário da morte de D. Afonso Henriques por iniciativa de dois empregados comerciais da Rua da Rainha, ambos naturais de Gouveia (Beira Alta). Eram eles Albano Belino e Albano Pires de Sousa¹⁹.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ Cfr. Manuel Alves de Oliveira, «Um motim de há 100 anos entre Braga e Guimarães». Guimarães, 1985.

¹⁹ Albano Belino viria a ser o autor, entre outros, da *Archeologia Christã*. Albano Pires de Sousa teve uma mercearia e uma tipografia (Tip. Pires), na Rua da Rainha, no prédio actualmente com o n.º 120, onde está instalada a Casa Tosi.

A comemoração constou de alvorada, por duas bandas de música que percorreram as ruas da cidade, sendo celebrado, pela 1 hora da tarde, um solene *Te Deum* na igreja da Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira ao qual assistiram as autoridades, o Cabido, o deputado João Franco, várias personalidades de destaque no meio e muito povo que deste modo se quis associar à comemoração. Tanto a Rua da Rainha como o Toural encontravam-se engalanados, e à noite, apesar do mau tempo, houve iluminação e fogo de artifício, tocando duas bandas de música, uma no jardim do Toural e outra na Rua da Rainha, até tarde da noite.

Alheio a tudo quanto então se passava, Soares dos Reis ia delineando, na sua oficina, o projecto do monumento num estudo profundo quanto à personalidade de D. Afonso Henriques e à sua época.

Em Abril de 1886 já se encontrava em Guimarães uma parte da cantaria do pedestal e o escultor pedia à comissão que fosse ver a estátua antes de ser acabada em barro e solicitava-lhe a indicação dos dizeres escolhidos para o pedestal.

A substituir o dr. António da Mota Prego na presidência da comissão ficou o dr. Luís Martins Pereira de Menezes que, em face do solicitado por Soares dos Reis, pediu à Direcção da Sociedade Martins Sarmiento a indicação dos termos em que deveriam ser redigidos os respectivos dizeres.

Nessa altura a Câmara era constituída pelo Conde de Margaride, como presidente, António José da Costa Braga, dr. Joaquim José de Meira, José do Amaral Ferreira, José de Castro Sampaio, José Ferreira de Abreu, dr. Luís Martins Pereira de Menezes, Visconde de Paço de Nespereira, Domingos José de Sousa Júnior, Domingos Ribeiro da Costa Sampaio, José da Silva Bastos Guimarães, vereadores efectivos, Eduardo Manuel de Almeida e José Martins da Costa, vereadores substitutos.

Em Setembro estava terminada a modelação, como consta desta notícia de «O Comércio do Porto»:

«Está terminada a modelação da estátua de D. Afonso Henriques, destinada ao monumento que se vai erigir em Guimarães ao fundador da nossa nacionalidade.

O primitivo esboceto sofreu algumas modificações, sendo a principal a da substituição da túnica curta, que descia

até ao joelho, por outra mais ampla, que se prolonga até um pouco acima do artelho.

Essa túnica é exteriormente forrada de pequenos discos de ferro, ao uso da época, pois, como é sabido, a verdadeira cota de malha só começou a usar-se no século XIII.

Por baixo da túnica aparece a extremidade da camisa de tecido compacto.

A atitude é a mesma do antigo modelo.

O monarca apoia-se no escudo, sustentando em uma das mãos a espada.

A parte anterior da cabeça e os lados do rosto encobrem-se com cervilheira ou capuz e do pequeno elmo pende o nasal.

Os sapatos são de cordovão, e as esporas ponteagudas prendem-se por meio de correias afiveladas.

As pernas, na parte descoberta, vêem-se também enlaçadas de correias de couro ao uso gaulês.

A capa tem uma grande faixa bordada com ornatos característicos.

Finalmente, os braços nus patenteiam a musculatura viril e reforçada do guerreiro.

O apoio da estátua, pela parte anterior, consiste em uma catapulta.

São curiosíssimos os detalhes arqueológicos, em que o artista foi escrupulosíssimo, recorrendo para isso a tudo quanto pudesse esclarecê-lo sobre o delicado assunto que tinha a tratar.

A estátua de D. Afonso Henriques, constitui mais um dos trabalhos notáveis de Soares dos Reis, sendo auxiliado na sua modelação pelo seu discípulo o sr. Sousa Neves.

Logo que esta obra de arte seja moldada em gesso ficará exposta ao público por alguns dias no atelier do artista.

Os srs. Soares dos Reis e José Augusto Gaspar, foram a Guimarães a fim de tratarem da montagem do pedestal, cujos materiais já ali estão todos».

Em 6 de Junho de 1887 estive em Guimarães o Conde de S. Salvador de Matosinhos, presidente da Comissão do Rio de Janeiro, visitando o local onde a estátua ia ser colocada.

Em Julho foi iniciada a fundição da estátua na Fundição de Massarelos, no Porto, ficando os trabalhos concluídos em

Setembro, altura em que a imprensa daquela cidade se deslocou à fundição para a ver, tendo-lhe feito as melhores referências.

No dia 20 chegou a estátua a Guimarães, aqui vindo Soares dos Reis, o seu discípulo Serafim de Sousa Neves que o auxiliou na modelação, o arquitecto José António Gaspar que colaborou nos trabalhos do monumento, e o engenheiro Henrique Carvalho de Assunção, filho do gerente da Fundição de Massarelos, que foram aguardados na estação de caminho de ferro pela Comissão Central do Monumento. Nesse mesmo dia procedeu-se à colocação da estátua no pedestal, que já se encontrava concluído, trabalho que se completou ao fim da tarde, subindo então ao ar uma girândola de foguetes, ao mesmo tempo que uma banda de música tocava o hino nacional numa demonstração de regozijo.

Em fins de Setembro a Família Real chegou ao Porto de onde partiu para Braga no dia 4 de Outubro, hospedando-se num hotel do Bom Jesus. A Câmara e a Associação Comercial de Guimarães deslocaram-se à Trofa para cumprimentar o Rei D. Luís, dirigindo-lhe o Presidente da Câmara, em nome do concelho e do povo de Guimarães, cordiais saudações que o soberano agradeceu, dizendo «que não queria impor a sua visita a Guimarães, mas que nesta ocasião lhe seria muito agradável visitar esta cidade», ao que o Presidente da Câmara respondeu que a cidade de Guimarães só tinha a agradecer e a honrar-se com uma visita de Sua Majestade e da Real Família.

Rapidamente esta notícia se espalhou pela cidade criando no espírito do povo um tal entusiasmo de contentamento que um numeroso grupo de artistas se dirigiu para a estação de caminho de ferro a fim de aguardar o regresso dos representantes de Guimarães que se haviam deslocado à Trofa, tendo-os recebido com demonstrações de grande satisfação e levantado entusiásticos vivas à Família Real, subindo ao ar grande número de foguetes.

Tudo se preparava para a solene inauguração do monumento, constituindo-se no dia 6 uma Comissão de Recepção à Família Real por ocasião da sua visita, e para elaborar o programa dos festejos, a qual ficou constituída pelas seguintes individualidades: Conde de Margaride, Visconde do Paço de

Nespereira, dr. Joaquim José de Meira, dr. Avelino da Silva Guimarães, João Dias de Castro, Pedro Pereira da Silva Guimarães, Padre João Gomes de Oliveira Guimarães (Abade de Tagilde), e Eduardo Manuel de Almeida.

No jornal *O Comércio de Guimarães* foi sugerido que a visita da Família Real se fizesse de comboio, no trajecto para Guimarães, para que pudesse gozar as belezas do seu pitoresco traçado entre Lousado e esta cidade.

Esta sugestão, porém, não foi seguida na visita da Família Real, que se deslocou de Braga a Guimarães no dia 20 de Outubro, em carruagens, sendo acolhida com manifestações de regozijo pelas populações logo que deu entrada no concelho de Guimarães. A partir das Taipas as carruagens reais vieram ladeadas por um grupo de cavaleiros vimaranenses, constituído por José Martins Minotes, Gaspar Lindoso, Bernardino Rebelo, Luís Martins, António Carneiro, Rodrigo Lobo, José Margaride e João Crisóstomo.

A entrada na cidade formou-se um cortejo que abria com sete carros que conduziam os elementos da Câmara Municipal presidida pelo Conde de Margaride, que ostentava a faixa azul e branca de vereador sobre a farda de Par do Reino.

Sua Majestade a Rainha D. Maria Pia e a Princesa D. Amélia tornaram-se alvo das mais afectuosas saudações e foram recebidas, no Largo da Oliveira, debaixo do pátio, pela Câmara e pelo Cabido da Colegiada, dirigindo-se para o templo, onde, depois da chegada de El-Rei e da comitiva que o acompanhava, foi cantado um solene *Te Deum*, findo o qual a Família Real seguiu para a casa do Conde de Margaride, onde ficou hospedada.

Faziam parte da comitiva real José Luciano de Castro, Presidente do Conselho, o Ministro das Obras Públicas, Emídio Navarro, e o Governador Civil do Distrito de Braga, Visconde de Pindela.

Pelas 4 horas da tarde a Família Real e demais autoridades tomaram lugar na tribuna levantada no Largo de S. Francisco, para assistirem ao acto solene da inauguração da estátua, que foi descerrada pelo Rei D. Luís, a que se seguiu uma delirante aclamação de milhares de vozes, tendo

sido calculada em mais de 15.000 pessoas a multidão ali presente ²⁰.

Após o que o Presidente da Câmara pronunciou o seguinte discurso, dirigindo-se a El-Rei:

«Senhor:

A Câmara de Guimarães agradece respeitosamente a Vossa Majestade a subida honra que lhe fez, vindo inaugurar um monumento duas vezes sagrado para todos os vimaranenses: sagrado por uma homenagem ao fundador da autonomia portuguesa; sagrado por ser um protesto contra os profetas da desgraça que vêem em toda a parte sintomas de uma decadência nacional, cujo último termo será o completo aniquilamento da nossa personalidade política.

Esta terra, que se gloria de ser o berço da Monarquia e que tem bem presente a história do herói que nasceu dentro dos seus muros, e a história dos seus sucessores, possui uma fé muito robusta no futuro para se intimidar com maus agouros. Se o Rei, que além se levanta em efígie, viu, talvez, neste mesmo lugar, desfilar diante de si as hostes guerreiras de que necessitava para conquistar o território que havia de tornar-se famoso com o nome de Portugal, o Rei de Portugal vê também hoje passar ante si um sem número de corporações cheias de entusiasmo e cheias de esperança pelas conquistas próprias do nosso século — as conquistas do progresso em todos os ramos da actividade humana.

Certamente Vossa Majestade encontrará em toda a terra do reino as mesmas ardentes aspirações, e não há sombra de dúvida que derrubará todos os obstáculos que possam tolhê-las no seu desenvolvimento.

Por isso ao profundo agradecimento, que o povo de Guimarães reitera a Vossa Majestade por ter vindo engran-

²⁰ Neste acto, para que fora convidado, o conde de S. Salvador de Matosinhos, presidente da Comissão brasileira e representante da Colónia Portuguesa do Brasil, delegou a representação no Conde de Margaride, e a Sociedade de Geografia de Lisboa estava representada por Martins Sarmiento.

decer-lhe a sua festa querida, junta ele uma fervorosa saudação ao esclarecido Monarca que há-de acentuar poderosamente este glorioso país».

Por sua vez discursou o Rei:

«Aquela estátua significa que o povo português paga uma dívida sagrada, ainda que tardiamente, pois que esta festa e esta celebração de glória do primeiro Rei ressuscita o passado de seis séculos.

Que este dia era em Guimarães de dupla solenidade, por isso que também se festeja um facto relativo à actual civilização e progresso²¹; mas que por isso mesmo mais realçava a celebração dos feitos heróicos praticados por aquele grande Rei para constituir uma nacionalidade e fazer a sua independência.

Que os que por tal modo comemoravam o grande homem, o Rei português e guerreiro, a um tempo diziam — ao presente e ao futuro — que se no peito daquele herói e dos valentes companheiros de armas girava o sangue e palpitava o coração de leais portugueses, era vivaz ainda o patriotismo dos portugueses de hoje, e no seu peito girava o sangue e pulsava o coração de homens capazes de nos momentos mais críticos defenderem e manterem a independência nacional e a honra da pátria».

Assim terminara em beleza e em fervor patriótico o acto de inauguração da estátua de D. Afonso Henriques, maravilhosamente modelada por Soares dos Reis.

E Guimarães ficara de parabéns.

Manuel Alves de Oliveira

²¹ Alusão ao acto de lançamento da 1.^a pedra, no Campo do Proposto, para o edifício da Escola Industrial Francisco de Holanda a que, a seguir, ia proceder.